A Clondo A Clonds La

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 16, 17 e 18 de dezembro de 2023 • Nº 1704 • R\$ 1,00 www.diariodoacionista.com.br

GENOCÍDIO

Exército de Israel matou reféns compatriotas

O porta-voz das Forças de Defesa de Israel (FDI), Daniel Hagari, anunciou que as forças israelenses mataram por engano três reféns israelenses que estavam na região de Shejaiya, no norte da Faixa de Gaza. Segundo Hagari, as forças pensaram que eles eram terroristas do

Hamas e abriram fogo contra os capturados do grupo terrorista. Hagari apontou que as FDI admitem a responsabilidade pelo "trágico ocorrido". O oficial do Exército de Israel disse que um dos reféns que faleceram é Yotam Haim, que foi sequestrado pelo grupo terrorista

Hamas do Kibutz Kfar Aza, que fica muito próximo do enclave palestino, e Samar Talalka, um cidadão árabeisraelense que trabalhava no Kibutz Nir Am, uma outra comunidade que foi atacada pelo Hamas no dia 7 de outubro. PÁGINA 4

MENOS DEDUÇÕES

Câmara aprova MP e governo deve obtér mais R\$ 168 bi

Por 335 votos a favor, 56 contra e uma abstenção, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no início da tarde desta sexta-feira, a Medida Provisória (MP) 1.185, que restringe dedução de incentivos fiscais estaduais do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Todas as emendas da oposição foram rejeitadas, e o texto segue direto para o plenário do Senado Federal, onde será votado na próxima semana. A MP representa a principal aposta do governo para obter R\$ 168 bilhões extras e tentar zerar o déficit primário zero em 2024. Com potencial de arrecadação em R\$ 35 bilhões no próximo ano, a medida corrige uma distorção provocada pela derrubada de um veto a um jabuti (emenda não relacionada ao tema de uma proposta) de uma lei de 2017. Naquele ano, uma lei autorizou que as empresas usassem incentivos fiscais do ICMS para deduzirem gastos com custeio e investimento. PÁGINA 2

ENERGIA

Leilão de transmissão tem 3 lotes arrematados

PÁGINA 2

SÃO PAULO

Prefeito e vice que barraram eleitores são cassados

PÁGINA 3

Votação histórica

Após mais de 30 anos de 'espera', Câmara aprova reforma tributária



Em vitória do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), por 365 votos a favor, 116 contra e uma abstenção, a Câmara dos Deputados aprovou, em definitivo, a reforma tributária sobre o consumo. Como a reforma não sofreu alterações de mérito em relação ao texto aprovado pelo Senado, o Congresso promulgará a Emenda Constitucional da reforma tributária na próxima semana. Com o fim da votação, o Congresso

conclui mais de 30 anos de discussões, após sucessivas propostas que não prosperaram nas últimas décadas. No fim da tarde, a Câmara tinha aprovado o texto-base da reforma em primeiro turno. Após cerca de três horas de debate, os deputados aprovaram três destaques e rejeitaram sete. Os destaques aprovados mantiveram incentivos ao setor automotivo e a fabricantes de baterias do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, PÁGINA 2

AGÊNCIA

Fitch rebaixa nota da Braskem para BB+

A empresa Braskem teve a nota rebaixada por uma das maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo. A Fitch Ratings considera que o risco de a empresa não honrar seus compromissos aumentou e, por isso, na quinta-feira passada, mudou a Ava-

liação de Inadimplência de Longo Prazo. A empresa perdeu a nota BBB- e recebeu a nota BB+. A agência internacional argumenta que o rebaixamento é devido aos riscos ambientais e às novas reivindicações. PÁGINA 2



PGR recupera vídeo publicado por Bolsonaro após atos de 8 de Janeiro

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recuperou o vídeo postado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (**foto**) após os atos golpistas de 8 de janeiro. A gravação foi apagada por Bolsonaro duas horas após a postagem. A gravação foi enviada nesta sexta-feira ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e será anexada à investigação que apura se Bolsonaro teria feito incitação pública às invasões ao compartilhar o vídeo nas redes sociais, no dia 10 de janeiro. **PÁGINA 3**

INDICADORES																				
IBOVESPA	IBOVESPA: -0,49% / 130.197,10 / -644,99 / Volume: R\$ 52.421.774.219 / Negócios: 4.066.076 Bolsas no mundo														Salário mínimo	R\$ 1.320,00	IGP-M	0,59% (nov.)	EURO turismo	
Maiores Altas	ores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Fechamento %		Ufir	R\$ 4,3329	IPCA	0,28% (nov.)	Compra: 5,4485	Venda: 5,6285
	Preço	% (Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preç	D %	Oscil.	Dow Jones	37.305,16 +0,15	; Ï	Гаха Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BO	
RAIZEN PN N2	3.730	-2.19	+0.080	CASAS BAHIA ON EG NM	11.170 -	-10.64	-1.330	PETROBRAS PN N2	35.40	+0.23	+0.08		14.813,919 +0,35			11,75%	(13/12)	11,65%	Compra: 4,9397	+0,99%
SID NACIONALON	18.03	-2.39	+0.42	MAGAZ LUIZA ON NM	2.21	-9.05	-0.22	PETRORIO ON ED NM	46.25	-2.18	-1.03	CAC 40			Poupança 3		OURO		DÓLAR comercia	ıl
BRASKEM PNA N1	17.41	-2.90	+0.49	PETZ ON NM	3.93	-6.43	-0.27	BRADESCO PN N1	17.42	+0.99	+0.17	FTSE 100	7.576,36 -0,95	5 ([15/12]	0,6067%	BM&F/grama	R\$ 323,02	Compra: 4,9361	Venda: 4,9367
BRASIL ON EJ NM	54.61	+2.40	+1.28	GRUPO SOMA ON NM	6.770	-4.38	-0.310	VALE ON NM	73.86	+0.63	+0.46	DAX	16.751,44 +0,00	1	ΓR		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
BBSEGURIDADEON NM	32.07	-1.36	+0.43	AREZZO CO ON NM	65.64	-4.44	-3.05	ITAUUNIBANCOPN EJ N1	32.73	-0.43	-0.14	Ftse Mib	30.395,58 +0,12	2 ((15/12)	0,1062%	Compra: 5,3799	Venda: 5,3805	Compra: 4,9618	Venda: 5,1418

Mercados

Bovespa cai 0,49%, a 130,2 mil pontos; na semana, avança 2,44%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após ter renovado máximas históricas intradia na quintafeira e nesta sexta pela manhã, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) vindo de fechamento anterior também em nível recorde, fez uma pausa no rali de fim de ano nesta última sessão de semana em que acumulou ganho de 2,44% - contra perda de 0,85% no intervalo precedente, que havia sucedido seis semanas de avanço consecutivo. Com a alta de 2,25% nesta primeira quinzena de dezembro, estendendo o avanço de 12,54% visto em novembro, o Ibovespa mostra ganho de 18,65% em 2023, a caminho de seu melhor desempenho anual desde 2019.

Nesta sexta, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou entre mínima de 129.883,62 e o novo pico histórico de 131.661,25 pontos, encerrando o dia aos 130 197,10 pontos, em baixa de 0,49% na sessão. O giro ficou em R\$ 31,3 bilhões nesta sexta-feira de vencimento de opções sobre ações.

Assim, na ponta perdedora do Ibovespa nesta sexta-feira, destaque para Casas Bahia (-10,64%), Magazine Luiza (-9,05%) e Petz (-6,43%) - o ICON, índice de consumo, fechou o dia em baixa de 1,64%. No lado oposto na sessão, Braskem (+2,9%), Banco do Brasil (+2,4%), CSN (+2,39%) e Raízen (+2,19%). Nas commodities, Petrobras fechou sem sinal único (ON -0,78%, PN +0,23%) e Vale teve ganho discreto (+0,63%) - o IMAT, índice de materiais básicos, subiu 0,13%.

DÓLAR A R\$ 4,93

O dólar subiu 0,45% nesta sexta-feira, a R\$ 4,9372, acompanhando a valorização global da moeda americana, em um movimento de correção após as perdas recentes. Assim, a divisa dos EUA encerrou a semana com ganho de 0,16% em relação à brasileira. No mês, sobe 0,45%. Ela chegou a tocar pontualmente a mínima de R\$ 4,9056 (-0,19%) logo após a abertura, mas logo firmou-se em alta. Na máxima, avançou até R\$ 4,9509 (+0,73%).

AGÊNCIA

Fitch rebaixa nota da Braskem para BB+

GABRIEL CORRÊA/ABRASIL

A empresa Braskem teve a nota rebaixada por uma das maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo. A Fitch Ratings considera que o risco de a empresa não honrar seus compromissos aumentou e, por isso, na quintafeira passada, mudou a Avaliação de Inadimplência de Longo Prazo. A empresa perdeu a nota BBB- e recebeu a nota BB+.

A agência internacional argumenta que o rebaixamento é devido aos riscos ambientais e às novas reivindicações. A entidade considera que o fluxo de caixa da Braskem ficará negativo por mais tempo que o esperado, enquanto a empresa permanecer exposta à desaceleração

no setor petroquímico. Isso pode aumentar a diferença entre as contas a pagar e o dinheiro disponível. Nas duas últimas semanas,

por exemplo, o Ministério Público Federal pediu o bloqueio de R\$ 1 bilhão da empresa por descumprir uma ordem judicial que obrigava a inclusão dos moradores do bairro Bom Parto no programa de realocação das vítimas. Uma multa de R\$ 72 milhões foi aplicada por uma agência reguladora, e o município de Maceió disse que pode revisar o acordo já fechado em julho deste ano. Por fim, uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) ainda está sendo instalada no Senado para investigar os danos ambientais causados pela empresa.

Preço da passagem

Ministério fará novas reuniões com aéreas

LUIZ ARAÚJO/AE

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) marcou para esta segunda-feira, uma nova rodada de reuniões com as empresas aéreas para definir o pacote de medidas que buscará reduzir o preço das passagens aéreas do País.

A pasta já havia realizado uma série de reuniões na semana passada. A previsão anterior era de que o pacote pudesse ser divulgado já no dia 20. Agora, porém, não há nova estimativa.

O pacote foi uma demanda do MPor às empresas. As sinalizações do ministério e das empresas são de que o plano irá passar por maior volume de promoções e por medida para reduzir valor do querosene de aviação (QAV), que deve funcionar como moeda de troca para viabilizar implementação de medidas pelas empresas.

Há ainda expectativa de que o plano possa incluir medidas para encarar altos preços de passagens compradas em cima da hora. Outra possibilidade é de que governo sinalize sobre propostas para reduzir o volume de judicialização que atinge as empresas.

Outra ação é a estruturação do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que tramita na Câmara dos Deputados e prevê R\$ 8 bilhões de capital para investimentos para as companhias aéreas, envolvendo financiamento do BNDES.

VOTAÇÃO HISTÓRICA

Câmara aprova reforma tributária com 371 votos

GIORDANNA NEVES E IANDER PORCELLA/AE

Câmara aprovou nesta sexta-feira, a reforma tributária em primeiro turno, após o texto passar anteriormente pela análise dos senadores. Foram 371 votos a favor, 121 contra e três abstenções. Era necessário o apoio de no mínimo 308 deputados. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o texto precisa passar ainda por uma votação em segundo turno antes de ser promulgada.

O novo relatório, elaborado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), foi divulgado nesta sexta-feira. O parlamentar suprimiu alguns trechos incluídos no texto durante a votação do Senado, como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) da Zona Franca de Manaus. Por outro lado, ele retomou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a região, como contrapartida.

Aguinaldo também decidiu retirar do texto a cesta básica estendida que havia sido incluída pelo Senado. Ele reduziu ainda as exceções no texto ao excluir cinco setores dos regimes específicos, que têm tratamento tributário diferenciado, como os serviços de saneamento e de concessão de rodovias.

Em relação ao regime específico de combustíveis de lubrificantes, o relator retirou a possibilidade de os senadores fixarem as alíquotas e retomou essa previsão em lei complementar

Ele também excluiu do texto a equiparação salarial de auditores fiscais ao teto remuneratório de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Aguinaldo retirou do texto a previsão de sabatina e aprovação no Senado do presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Aguinaldo retirou ainda o dispositivo que premiava entes federativos que forem mais eficientes em na arrecadação, durante o período de transição. Também removeu do texto a isenção de alíquota para a aquisição de medicamentos e dispositivos médicos por entida-

des de assistência social sem fins lucrativos

O parlamentar também retirou do texto a menção que havia à "finalidade extrafiscal" do Imposto Seletivo, que será um tributo cobrado sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. "O imposto previsto no inciso VIII terá finalidade extrafiscal", dizia a versão que saiu do Senado. Essa especificação havia sido incluída pelo relator da reforma na Casa, Eduardo Braga (MDB-AM), após causar polêmica entre senadores a possibilidade de uso do tributo para melhorar as contas do governo. No parecer apresentado nesta sexta por Aguinaldo, a redação fica apenas: "O im-

posto previsto no inciso VIII."

ANEE

Leilão de Transmissão energia termina com 3 lotes arrematados

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O Leilão de Transmissão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na sede da Bovespa (B3), em São Paulo, foi encerrado com os três lotes disponíveis negociados. O vencedor do Lote 1 foi a State Grid Brazil Holding S.A., que arrematou por R\$ 1,936 bilhão, representando deságio de 39,90%. O lote 2 foi para o Consórcio Olympus XVI por R\$ 239,5 milhões, com deságio de 47,01%. O lote 3 ficou com a Celeo Redes S.A. pelo valor de R\$ 101,2 milhões, com deságio de 42,39%.

De acordo com a Aneel, o chamado mega leilão tem a previsão de R\$ 21,7 bilhões em investimentos, sendo o mais alto valor já anunciado. O deságio médio do certame foi de 40,85%, o que representa uma economia para o consumidor final de R\$ 37,9 bilhões. Os três lotes contemplam 4.471 quilômetros (km) de linhas de transmissão e subestações com capacidade de transformação de 9.840 MVA, localizados nos estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins.

Segundo o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, o dia é de comemoração, pois o sucesso do leilão permitiu competitividade e um grande deságio para o consumidor final, além de ser extremamente importante para a reconfiguração do sistema.

"O leilão de junho deste ano, esse de agora, e o de março de 2024 agregarão mais 17 mil km de linhas de transmissão, o que representa quase 10% de todo o sistema de transmissão brasileiro. Em menos de um ano contratamos aproximadamente 10% do que levamos mais de 100 para construir e isso é motivo de muito orgulho e satisfação", disse.

Feitosa destacou ainda a importância do leilão para o Nordeste brasileiro. "Se no passado nós contratamos corrente contínua para integrar grandes hidrelétricas como Itaipu, Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, hoje nós estamos contratando corrente contínua para coletar energia de centenas de usinas eólicas e solares localizadas no norte de Minas e no Nordeste do país. Essas linhas permitirão que o Nordeste continue sendo a nova fronteira de desenvolvimento de

energia renovável no Brasil", afirmou o diretor da Aneel.

O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou que neste ano foi alcançada a marca de R\$ 40 bilhões de linhas de transmissão contratadas no Brasil. Segundo Silveira, "esses recursos trarão desenvolvimento econômico e social, com geração de empregos diretamente nos estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins, com reflexos positivos em todos os outros estados da federação".

A previsão para assinatura dos contratos de concessão será no dia 3 de abril de 2024. De acordo com a estimativa da Aneel e do MME, os empreendimentos gerarão 37 mil empregos diretos e indiretos.

2024

Câmara aprova MP que restringe dedução do ICMS e reforça caixa

WELLTON MÁXIMO E LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Por 335 votos a favor, 56 contra e uma abstenção, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no início da tarde desta sexta-feira, a Medida Provisória (MP) 1.185, que restringe dedução de incentivos fiscais estaduais do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Todas as emendas da oposição foram rejeitadas, e o texto segue direto para o plená-

votado na próxima semana.

A MP representa a principal aposta do governo para obter R\$ 168 bilhões extras e tentar zerar o déficit primário zero em 2024. Com potencial de arrecadação em R\$ 35 bilhões no próximo ano, a medida corrige uma distorção provocada pela derrubada de um veto a um jabuti (emenda não relacionada ao tema de uma proposta) de uma lei de 2017.

rio do Senado Federal, onde será

Naquele ano, uma lei autorizou que as empresas usassem incentivos fiscais do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para deduzirem gastos com custeio e investimento. Em abril, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a subvenção (ajuda financeira) só pode ser usada para deduzir gastos de investimentos.

No fim de agosto, o governo editou a MP para regulamentar a decisão judicial e limitar a dedução de IRPJ e de CSLL aos gastos das empresas com investimentos, como modernização do parque produtivo e compra de equipamentos. Com a regulamentação antecipada, o governo pode iniciar a cobrança sem a necessidade de esperar o julgamento de recursos no Supremo Tribunal Federal (STF).

MUDANÇAS

A Câmara aprovou a MP com todas as mudanças inseridas pelo relator, deputado Luiz Fer-



nando Faria (PSD-MG) (**foto**), na comissão especial. Em troca de restringir a ajuda financeira do ICMS, o Congresso aceitou incluir um mecanismo de transação tributária, semelhante ao existente desde 2020, para que as empresas renegociem, com até 80% de desconto, o passivo de R\$ 90 bilhões acumulado desde 2017, caso dividam o valor em 12 meses. Para prazos maiores, o desconto ficará entre 50% e 35%.

A estimativa de R\$ 35 bilhões

está mantida porque a cobrança incidirá sobre as futuras receitas, com a renegociação abrangendo apenas o valor que deixou de ser pago nos últimos seis anos.

O relator também reduziu pela metade o prazo para que a Receita Federal reembolse as empresas que utilizarem a subvenção do ICMS corretamente, para abater investimentos. O intervalo caiu de 48 para 24 meses. O parlamentar também permitiu que empresas de comércio e de serviços usem as ajudas financeiras estaduais para investimentos

Além disso, a Receita passará a receber os pedidos assim que as receitas da subvenção forem reconhecidas, não no ano seguinte. Com a mudança, os créditos tributários (descontos no pagamento de tributos) poderão ser usados durante a execução da obra ou do investimento, não após a conclusão do empreendimento, como previa o texto original da MP.

Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tel.: (21) 99122-4278-Claro São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br



REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil LÍDER GOLPISTA

PGR recupera vídeo publicado por Bolsonaro após atos de 8/1

da República (PGR) recuperou o vídeo postado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro após os atos golpistas de 8 de janeiro. A gravação foi apagada por Bolsonaro duas horas após a postagem.

A gravação foi enviada nesta sexta-feira ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tri-

Procuradoria-Geral bunal Federal (STF), e será anexada à investigação que apura se Bolsonaro teria feito incitação pública às invasões ao compartilhar o vídeo nas redes sociais, no dia 10 de janeiro, que tinha como tema o questionamento da regularidade das eleições de 2022. Na gravação, um procurador do estado de Mato Grosso questiona o resultado das elei-

ções durante uma entrevista à Rádio Hora 92,3.

33° 21° 65% 5% PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. À noite não chove.

O procedimento de recuperação do vídeo foi feito pela Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise, órgão da PGR responsável pelos dados de investigações criminais.

No dia 13 de janeiro deste ano, Moraes incluiu o ex-presidente no inquérito que apura a autoria intelectual dos atos e determinou a preservação do

Na semana passada, Alexandre de Moraes deu prazo de 48 horas para o Facebook enviar o vídeo à Corte, no entanto, a plataforma informou que a publicação foi apagada por Bolsonaro e "não está disponível nos servidores da empresa".

EMBARGO

BNDES aprova regra e amplia veto a cliente ligado ao desmatamento

DANIELA AMORIM/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou nesta sextafeira, que aprovou uma nova regra que amplia o veto à concessão de crédito rural a clientes com embargo ambiental vigente por desmatamento ilegal. A vedação se aplicará mesmo quando o embargo seja referente a imóveis não diretamente associados ao financia-

"A regra se soma a um conjunto de medidas já adotadas pelo Banco para restringir o financiamento a proprietários ru-

rais ligados ao desmatamento ilegal", ressaltou a instituição de fomento, em nota à imprensa.

O veto à concessão de crédito rural abrange as operações realizadas na modalidade indireta automática, contratadas por meio da rede de agentes credenciados do BNDES.

"O apoio do BNDES ao setor agropecuário acontece majoritariamente por esse tipo de operação - no ano de 2023 (até setembro), por exemplo, dos R\$ 18,2 bilhões desembolsados para o setor, R\$ 17,1 bilhões estavam vinculados a operações indiretas", lembrou.

Segundo o presidente do

BNDES, Aloizio Mercadante, a nova regra é um aprimoramento normativo que blinda ainda mais a instituição e os bancos parceiros de conceder crédito a desmatadores ilegais Na nota, Mercadante acrescenta que o BNDES já não concede crédito para empreendimentos localizados em áreas com registros de desmatamento ilegal.

"Desde fevereiro de 2023, por meio de parceria com o Mapbiomas, o BNDES vem se utilizando de alertas de desmatamento ilegal para impedir a contratação, suspender as liberações ou mesmo solicitar o vencimento antecipado das operações de crédito aos agentes financeiros", divulgou o banco de fomento.

A alteração normativa foi aprovada pela diretoria do BNDES e comunicada aos agentes financeiros credenciados, passando a valer para operações contratadas a partir de 10 de março de 2024 Os proprietários rurais que tenham qualquer imóvel com embargo ambiental ativo em seu nome ficarão impedidos de contratar crédito rural por meio dos programas e linhas do BNDES. Caso o embargo ambiental ocorra após a contratação do crédito, a liberação dos recursos será suspensa.

Moraes vota por condenação de 29 réus do 8 de janeiro a até 17 anos de prisão

raes, do Supremo Tribunal Federal, votou pela condenação de mais 29 réus por atos golpistas de 8 de janeiro. O magistrado defendeu que os acusados pela Procuradoria-Geral da República peguem penas de 14 a 17 anos por participação na intentona golpista que deixou um rastro de destruição na Praça dos Três Poderes.

sessão de julgamento virtual Complexo da Papuda, em Brasí-O ministro Alexandre de Mo- que teve início nesta sexta-fei- lia. Ele foi contido por agentes do que as ações penais em trâra, 15, e tem previsão de terminar somente no dia 5 de fevereiro, quando a Corte inicia os trabalhos do ano judiciário de 2024. Assim, os ministros poderão depositar seus votos durante todo o recesso judi-

Na lista dos réus sob julgamento do Supremo está Claudinei Pego da Silva, que tentou se

As ações são analisadas em enforcar usando uma camisa no criminosa armada. do presídio, passou por exames médicos no hospital de São Sebastião e retornou à penitenciária no mesmo dia.

Os processos sob escrutínio dos ministros do STF versam sobre crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração do Patrimônio tombado e associação

Apesar de a Corte ter decidimite no STF voltarão a ser julgadas pelas Turmas do Tribunal, a análise dos 30 processos já pautados se dará no plenário. O procedimento se dá em razão das ações serem anteriores à mudança decidida em sessão administrativa.

Até o momento, o STF já condenou 30 acusados do 8 de ja-

Lula sanciona Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

SOFIA AGUIAR/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta sextafeira lei que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) com vetos O principal veto do chefe do Executivo diz respeito à retroatividade da lei. Ou seja, a polícia nacional só valerá à população atingida por barragem e licenciamento de barragens a partir da publicação da lei.

O ministro da Secretaria-Geral, Márcio Macêdo, afirmou que os vetos foram construídos e pac-

tuados com os relatores do projeto na Câmara e Senado, assim como com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Até o momento, contudo, o texto com veto não foi disponibilizado.

Iury Paulino, da coordenação nacional do MAB, disse que outros vetos se deram no "formato de redação". Segundo ele, "foi preciso fazer correções para um melhor entendimento do que estava se propondo na lei".

O texto engloba tanto as barragens de produção industrial e mineral quanto as de hidrelétricas. O projeto foi proposto pelo deputado Zé Silva (Solidariedade-MG) em 2019. A Câmara dos Deputados demorou pouco mais de um mês para passá-lo ao Senado, onde tramitava desde então até a aprovação em novembro deste ano.

Pela lei, o plano irá assegurar, dentre outros pontos, indenização por perdas materiais, reassentamento coletivo como opção prioritária; reparação por danos morais, individuais e coletivos; auxílio emergencial nos casos de acidentes ou desastres, condições de moradia que reproduzam as anteriores quanto às dimensões e qualidade da edificação; e escrituração e registro dos imóveis dos reassentamentos.

BRUMADINHO

Por causa do veto do presidente, o plano nacional não irá abordar os desastres por rompimento de barragem em Brumadinho e Mariana, mas servirá como referência em relação à negociação em casos de tragédias. "É claro que a aprovação e sanção da lei coloca esse debate das populações atingidas em outro patamar de diálogo", disse Macêdo.

Nota

LULA FALA EM TOM DE CAMPANHA, CRITICA **BOLSONARO E ACENA A EVANGÉLICOS**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso com críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro e acenos ao público evangélico, um dos setores da sociedade com mais resistência ao PT. O pronunciamento teve partes semelhantes a trechos de seus discursos de campanha, em 2022. O presidente falou em Serra, maior cidade do Espírito Santo, onde foi inaugurar uma obra viária com o

governador Renato Casagrande (PSB-ES) e o ministro Renan Filho • (Transportes), além de outros aliados. Haverá eleições municipais no

ano que vem, e o petista deverá participar das campanhas de diversos candidatos a prefeito. Lula já disse acreditar que as disputas serão novamente uma polarização entre seu grupo político e o de Bolsonaro, como em 2022. "Em todos os Estados da Federação que eu vou, em todos, eu pergunto para todo mundo se alguém lembra uma obra que aquela coisa referência a Jair Bolsonaro inaugurou", declarou Lula. "É verdade que ele não inaugurou nenhuma obra aqui, mas ele inaugurou o ódio. O ódio entre filhos, o ódio entre pais, a mentira", disse o presidente da República. Lula afirmou que "tem família que não conversa mais" por causa de um "facínora" que "pregou o ódio durante quatro anos".

TSE cassa prefeito e vice que instalaram barreiras nas eleições

KARINA FERREIRA/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou os mandatos de Paulo Henrique Franceschini (Republicanos) e Clodoaldo Guilherme (PSB), prefeito e vice-prefeito de Analândia (SP), a pouco mais de 200 quilômetros da capital. Segundo o tribunal, eles teriam abusado do poder durante as eleições de 2020.

O prefeito da cidade na época era Jairo Aparecido Mascia. Por meio de decreto municipal, ele instalou barreiras sanitárias físicas na principal estrada da cidade, impedindo que eleitores da zona rural pudessem chegar aos locais de votação, o que favoreceu a vitória da chapa.

Segundo a decisão, o índice de abstenção de votos na cidade foi de 23,84% naquele ano, quase o dobro da média histórica. Em 2016, esse índice foi de 13,24% e em 2012,

O processo ainda descreve conversas obtidas em grupos no WhatsApp, em que parentes dos candidatos e apoiadores da campanha falam sobre o objetivo das barreiras ser, de fato, de impedir eleitores da zona rural - que correspondem a 20% da população da cidade - de chegarem aos locais de votação.

A Corte determinou no plenário de quinta-feira passada, que novas eleições sejam realizadas no município. Em decisão unânime dos ministros, a dupla perde o mandato e fica inelegível por oito anos. O exprefeito Jairo também não pode concorrer a cargos políticos durante o mesmo período.

A decisão do plenário acolhe recurso do PSDB e revisa uma decisão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) que decidiu manter os dois nos cargos.

Segundo o relator no TSE, ficou comprovada a prática de abuso de poder.

Trem descarrila e provoca transtorno

RENATA OKUMURA/AE

Um descarrilamento de trem da Linha 7-Rubi na madrugada desta sexta-feira, provocou transtornos aos passageiros que utilizavam o meio de transporte. De acordo com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), a falha em um veículo de manutenção, em teste e não tripulado, aconteceu por volta das 3h50, na região da Estação Vila Aurora, na zona norte de São

Pelas redes sociais, passamente lotadas.

Com o acidente, os trens que partiam de Jundiaí se-

ra. Já os trens que partiam da Estação Brás, intercalavam o desembarque entre as Estações Vila Aurora e Jaraguá.

guiam até a Estação Vila Auro-

"Para minimizar o impacto aos passageiros, o Serviço 710 que permite a viagem entre as duas linhas sem a necessidade de transferência de trens - foi temporariamente suspenso. Desta forma, o passageiro de ambas as linhas precisavam desembarcar no Brás para poder seguir viagem", disse a CPTM.

Além disso, o Plano de geiros relataram os transtor- Apoio entre Empresas em Sinos e plataformas completa- tuação de Emergência (Paese) foi acionado para atender os passageiros entre as estações Pirituba e Perus.

CIDADE DE SP

Leite é eleito pela 4ª vez para comandar à Câmara

ZECA FERREIRA/AE

O vereador Milton Leite (União Brasil) foi eleito nesta sexta-feira, para ocupar pelo quarto ano consecutivo a presidência da Câmara de São Paulo. Desde o último ano, a Lei Orgânica do Município foi alterada duas vezes para permitir que Leite siga no comando da Casa, uma vez que a redação anterior do texto proibia uma segunda reeleição dentro da mesma legislatura. Aliado do prefeito Ricardo Nunes (MBD), o vereador do União Brasil conquistou 49 votos dos 55 parlamentares da Casa, enquanto sua oponente, a vereadora Luana Alves (PSOL), obteve apenas 6 votos. A reeleição de Leite teve o apoio da bancada do PT e da base aliada de Nunes, contando com votos de petistas e bolsonaristas.

A permanência de Leite à frente da Câmara por quatro mandatos seguidos não apenas é inédita, como também representa uma quebra do compromisso assumido pelo vereador no ano passado. Embora a legislação tenha sido alterada para permitir mais de duas reeleições, Leite havia declarado que não buscaria novamente à presidência da Casa.

Durante a votação, o vereador repetiu que não vai disputar o cargo no próximo ano. Além disso, afirmou que não voltará para a Câmara de São

Paulo na próxima legislatura. "Meu nome não estará nas urnas para vereador nas eleições de 2024. Me despeço, pois é a última vez que vou disputar a presidência. Não volto para esta Casa em 2025", disse. Leite se elegeu como vereador de São Paulo pela primeira vez no ano de 1997. Desde então, segue na Casa. Sua primeira passagem pela presidência se deu nos anos de 2017 e 2018, durante a gestão João Doria (PSDB). Considerado um dos políticos mais influentes da capital paulista, o parlamentar é uma espécie de fiador da gestão Nunes.

O vereador tem dois filhos deputados, um que atua na Assembleia Legislativa de São Paulo e outro, na Câmara dos Deputados.

REELEIÇÃO ILIMITADA

Em novembro, a Câmara de São Paulo aprovou, por 46 votos a 6, a reeleição ilimitada para a Mesa Diretora do Poder Legislativo, o que abriu caminho para que Milton Leite fosse reeleito pela terceira vez seguida. Apenas o PSOL se posicionou contra o projeto.

A proposta aprovada surgiu a partir de uma emenda substitutiva a um projeto de 1992, que também fala sobre mandatos para presidência da Casa. A votação do projeto durou 23 minutos e não houve discussão sobre

Para urbanistas, Plano Diretor pode piorar questão habitacional

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Especialistas em planejamento urbano manifestam preocupação com o novo Plano Diretor do Rio de Janeiro, aprovado pela Câmara Municipal na madrugada da última terça-feira. O projeto recebeu 1.236 emendas e 473 foram acolhidas. A redação final ainda vai ser encaminhada para sanção ou veto do prefeito Eduardo Paes.

Para Tarcyla Fidalgo, advogada e doutora em planejamento urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o novo plano privilegia a ideia de cidade como mercadoria e coloca questões sociais em segundo plano.

"Temos mais um Plano Diretor que não está comprometido com os instrumentos de política urbana, que deixa tudo para a legislação posterior. E essa legislação só é estabelecida se for do interesse do mercado imobiliário. Estamos falando de regulamentação feita para empreendedores ou para construções de média e alta renda. É um plano que, mais uma vez, afasta e fecha os olhos para a realidade dos subúrbios e das favelas", disse Tarcyla, que também é pesquisadora do Observatório das Metrópoles.

A pesquisadora mostra preocupação específica com a nova possibilidade de regularização fundiária e remembramento de lotes, procedimento pelo qual agora dois ou mais terrenos podem ser unificados. Grupos sociais de menor renda correm o risco de ficar mais vulneráveis em transações imobiliárias.

"A questão é que você pode regularizar, entregar a escritura para os moradores, e chegar um incorporador imobiliário, por exemplo, no Vidigal, e começar a comprar as casas por um valor bem abaixo do que elas valem. Mas para os moradores vai ser muito dinheiro. O comprador junta todos os terrenos e faz um resort. Isso é muito perigoso para as nossas favelas, principalmente as da zona sul, que despertam maior interesse do mercado", diz Tarcyla.

Todo município no Brasil conta com um Plano Diretor para orientar políticas de desenvolvimento e ordenamento urbano. A previsão legal é que ele se estenda por no máximo dez anos. No Rio de Janeiro, o último tinha sido estabelecido em 2011 e, desde 2021, havia muita expectativa por uma revisão.

O arquiteto e urbanista Filipe Marino, professor da Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), alerta para o item do plano que trata de mudanças no adensamento da cidade. Ou seia, a forma como se pensa a quantidade de pessoas que vivem em determinado local. O caso da zona oeste é considerado o mais crítico, pelas características da região.

"Aumento da densidade sem

ANGRA 1 VOLTA A SER RELIGADA AO

SIN, APÓS PARADA PARA MANUTENÇÃO

A usina nuclear Angra 1 foi religada nesta sexta-feira ao

para a troca de combustível nuclear e realização de

Sistema Interligado Nacional (SIN), após parada programada

tarefas, visando garantir a segurança e a confiabilidade da

profissionais nacionais e internacionais. A previsão é que a

volumétrica na tampa do vaso de pressão do reator, entre

destacou que além desses e outros trabalhos, considerados

oportunidade para executar atividades que fazem parte do

unidade alcance 100% de potência nos próximos dias. O

trabalho realizado englobou a substituição de barras de

e auxiliares, revisão das turbinas de vapor e inspeção

na operação da usina, "a parada também foi uma

usina no próximo ciclo. As atividades foram iniciadas no dia

28 de outubro, envolvendo a participação de cerca de 1,3 mil

controle do reator, manutenção dos transformadores principais

outras tarefas. O superintendente de Angra 1, Abelardo Vieira,

fundamentais para garantir a segurança e alta disponibilidade

🕉 processo de extensão de vida útil da usina por mais 20 anos".

manutenções preventivas. Foram executadas mais de cinco mil

Nota

um respaldo de infraestrutura, principalmente a de transporte,

é ponto preocupante. Precisamos ver o que vai acontecer na zona oeste, porque a distância dos bairros em relação ao centro é grande. Há uma massa expressiva de pessoas que fazem esse movimento diário em duas ou três horas. Com bairros mais densos, precisamos de grande capacidade de transporte, melhorar a qualidade dos trens, ampliar o BRT (ônibus que circulam em corredores expressos) e chegar com o metrô na região", diz Marino.

Outro ponto que precisa ser monitorado, segundo o urbanista, é como vão ser administradas as Áreas de Especial Interesse Social (AEIS). São caracterizadas assim as partes do território demarcadas para assentamentos habitacionais de famílias de baixa renda.

"O Plano Diretor sinaliza o aumento das AEIS, o que é uma coisa boa, mas os mecanismos de financiamento ainda não estão tão claros. E se não tiver esses mecanismos para habitação de interesse social, não vamos sair muito do panorama em que nos encontramos", diz Filipe. "Esse é um problema urgente do Rio de Janeiro. Existem leituras de que o novo plano pode aprofundar problemas habitacionais que já existem na cidade".

PONTOS POSITIVOS

Apesar das preocupações com as mudanças no Plano Diretor, os especialistas destacam que existem avanços em alguns pontos, como a inserção de um capítulo que trata especificamente das favelas no município.

"Um dos pontos mais importantes é o reconhecimento da favela como uma unidade de planejamento. Você lançar luz e focar nesse planejamento é muito importante. É um reconhecimento tardio. Mas, considerando essa modalidade de moradia, que é muito expressiva no Rio de Ianeiro, quase metade da população mora em assentamento com algum nível de precariedade. A cidade só tem a ganhar ao trazer esse ponto para discussão e formalização", diz Filipe Marino.

"Esse capítulo foi fruto de um esforco coletivo de várias entidades da sociedade civil, vários profissionais, técnicos da área. que trabalharam em conjunto no texto. Na sua versão original, era um texto bastante amplo, bastante completo, tentando dar conta dos desafios do direito à terra, da questão fundiária, da regularização das casas. Mas também apontando para alguns desafios urgentes como a justiça climática e o risco dos desastres ambientais. A gente sabe que ele perdeu um pouco da densidade e vários dispositivos que eram mais enfáticos sobre as obrigações do Poder Público foram vetados. Mas mesmo ele tendo sido mutilado, o fato de ter entrado no Plano Diretor é, por si só, muito simbólico", explica Tarcyla Fidalgo.

Venezuela e Guiana chegam a acordo pelo não uso da força

VITOR ABDALA/ABRASIL

s presidentes da Venezuela, Nicolás Maduro, e da Guiana, Irfaan Ali, assinaram uma declaração conjunta em que os dois países se comprometem a não usar a força um contra o outro - direta ou indiretamente - em nenhuma circunstância. O documento deixa claro que nem a controvérsia sobre a atual fronteira entre as duas nações poderá ser motivo para agressões mútuas. A Venezuela realizou uma consulta popular que aprovou a incorporação de Essequibo, região disputada entre os dois países há mais de um século e que perfaz quase 75% do território da Guiana.

Guiana e Venezuela se comprometem, ainda, que irão se abster de intensificar - por palavras ou ações - qualquer conflito ou desacordo entre elas e que qualquer incidente eventual entre os dois

Estados será imediatamente levado à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), à Comunidade Caribenha (Caricom) e ao presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, para que seja contido e revertido e que tenha sua recorrência prevenida.

Os dois presidentes se encontraram para um diálogo na quinta-feira passada, na ilha caribenha de São Vicente e Granadinas, cujo primeiro-ministro, Ralph Gonsalves, também é presidente protempore da Celac.

MEDIAÇÃO

A Celac, a Caricom e autoridades de vários países, incluindo o Brasil, que foi representado pelo assessor especial da Presidência da República, Celso Amorim, atuaram como mediadores da conversa entre Maduro e Ali.

A declaração divulgada também prevê que qualquer controvérsia entre os dois será resolvida através de leis internacionais, incluindo o Acordo de Genebra, assinado em fevereiro de 1966.

Os dois países se comprometem, também, com a boa vizinhança, a coexistência pacífica e a unidade latino-americana, mas deixam claro, no comunicado conjunto, que divergem em relação à legitimidade da Corte Internacional de Justiça (ICJ) como instância para decidir a controvérsia fronteiriça. Uma próxima reunião foi marcada para ser realizada no Brasil, no prazo de três meses.

"Foi um diálogo de verdades e de respeito, como deve ser aqui na América Latina e Caribe", disse Maduro, em um discurso ao desembarcar no Aeroporto de Maiquetía, na Venezuela, depois do encontro.

DIÁLOGO

Em seu perfil, na rede social X (antigo Twitter), Ali agradeceu a sua equipe e a diplomatas internacionais pelo diálogo. "Eu também estendo minha gratidão aos líderes do Caricom, Celac, Brasil, representantes do Secretariado Geral das Nações Unidas e ao primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas por nos receber", ex-

No início do mês, a Venezuela realizou uma consulta popular que aprovou a incorporação de Essequibo, região disputada entre os dois países há mais de um século e que perfaz quase 75% do território da Guiana. O governo venezuelano também autorizou a exploração de recursos naturais na região e nomeou um governador militar para ela.

Desde então, as tensões entre os dois países aumentaram. O governo brasileiro reforçou as tropas militares em Roraima, que faz fronteira com os dois países, e defendeu a resolução da controvérsia entre as duas nações por meio de um diálogo mediado.

BARGANHA

Hungria bloqueia ajuda bilionária da União Europeia à Ucrânia

A Hungria bloqueou a ajuda de 50 bilhões de euros da União Europeia à Ucrânia na madrugada desta sexta-feira. Mas o primeiro-ministro Viktor Orbán sugere que ainda pode voltar atrás se o bloco liberar os recursos que congelou de Budapeste por violações de valores que considera fundamentais. Trata-se do acesso ao financiamento bilionário para os Estados-membros, que foi condicionado à reformas no país.

Sem consenso, a discussão sobre a ajuda bilionária para Ucrânia deve ficar para o ano que vem. "Dentro de dois menir e ver o que aconteceu", dis-

se Orbán em entrevista à rádio estatal direto de Bruxelas, onde participa da cúpula da União Europeia. "Se alguém quiser modificar a lei orçamentária, essa será uma boa oportunidade para a Hungria receber o que lhe corresponde. Tudo", acres-

Sob Orbán, Budapeste se transformou no que o Parlamento Europeu define como uma "autocracia eleitoral". Isso levou o bloco a congelar boa parte dos recursos que seriam destinados à Hungria por violações do Estado de direito no país. Quase 12 bilhões de euros ainda estão condicionados à recontrovertida lei anti-LGBT, que compara homossexualidade à pedofilia.

Outros 10 bilhões de euros foram liberados esta semana, sob o argumento de avanços no sistema judiciário húngaro. Os críticos, por outro lado, veem como uma espécie de suborno em meio à intensa negociação para que Budapeste liberasse as negociações para adesão da Ucrânia, que recebeu sinal verde junto com Moldávia, também exrepública soviética.

Autocrata próximo da Rússia, ele repetiu ao longo das últimas semanas que votaria contra. Ontem, após um intenso esforco de ses, talvez mais, vamos nos reu- formas que garantam liberdade convencimento, saiu da sala pa- cessário, pisaremos no freio", nas universidades e revisão da ra permitir o avanço, justifican-

do se absteve da votação porque, nas palavras de Orbán, não quer fazer parte do que chamou de "decisão errada".

Hoje, no entanto, disse que ainda terá oportunidades para barrar a entrada de Kiev. Isso porque a decisão desta semana é apenas parte de um longo processo, que requer aprovação de todos os países-membros.

"O argumento decisivo foi que a Hungria não perde nada, dado que a palavra final sobre a adesão da Ucrânia tem de ser dada pelos parlamentos nacionais, 27 parlamentos, incluindo o húngaro", afirmou Orbán em entrevista à rádio estatal. "Se ne-

Rússia critica negociação da UE para adesão da Ucrânia

O Kremlin criticou a abertura das negociações para adesão da Ucrânia e Moldávia à União Europeia. "É claro que esta é uma decisão absolutamente politizada", disse o porta-voz Dmitri Peskov hoje. O russo alegou que os países não cumprem os "critérios rígidos" que o bloco sempre adotou para aceitar novos membros e acrescentou as decisões da UE baseiam-se "em grande parte no desejo de causar ainda mais transtornos à

Rússia". Apesar das críticas do Kremlin, o presidente Vladimir Putin já disse que não vê a entrada de Kiev no bloco como ameaça para Moscou. O grande problema, repete com frequência, é a aproximação com a Otan, usada como desculpada para invasão do país vizinho.

Do outro lado, a Ucrânia celebrou a notícia. "Foi uma vitória para a Ucrânia e para toda a Europa. Uma vitória que motiva, inspira e fortalece", escreveu o presidente Volodmir Zelenski no X (antigo Twitter).

O sinal verde para negociar a entrada na UE foi uma vitória

do presidente, que vem perdendo gradualmente o apoio dos EUA. No início da semana, ele esteve em Washington, mas não conseguiu convencer os congressistas republicanos a apoiarem um pacote de ajuda militar de US\$ 61 bilhões. Sem os americanos, Zelenski depende cada vez mais da ajuda enviada pela Europa.

COVARDIA

Exército genocida de Israel admite que matou reféns compatriotas por engano

O porta-voz das Forças de Defesa de Israel (FDI), Daniel Hagari, anunciou que as forças israelenses mataram por engano três reféns israelenses que estavam na região de Shejaiya, no norte da Faixa de Gaza. Segundo Hagari, as forças pensaram que eles eram terroristas do Hamas e abriram fogo contra os capturados do grupo terrorista.

Hagari apontou que as FDI

admitem a responsabilidade pelo "trágico ocorrido".

O oficial do Exército de Israel disse que um dos reféns que faleceram é Yotam Haim, que foi sequestrado pelo grupo terrorista Hamas do Kibutz Kfar Aza, que fica muito próximo do enclave palestino, e Samar Talalka, um cidadão árabe-israelense que trabalhava no Kibutz Nir Am, uma outra comunidade que

foi atacada pelo Hamas no dia 7 Israel tem encontrado muitos de outubro. O nome do terceiro refém que faleceu não foi divulgado por conta de um pedido da

O porta-voz afirmou que Tel-Aviv ainda não sabe como os reféns estavam naquele local sem os terroristas do Hamas. "Eles podem ter fugido do cativeiro ou simplesmente foram deixados no local sem supervisão do Hamas", apontou Hagari.

"Depois do tiroteio, examinamos os corpos e identificamos que eram reféns israelenses em Gaza", ressaltou Hagari. "Este é um dia triste para todos nós e as Forças de Defesa de Israel assumem a responsabilidade pelo ocorrido".

Hagari acrescentou que as forças israelenses estão investigando a morte dos reféns. O oficial ressaltou que o Exército de terroristas naquela região.

GREVE DE FOME

A morte de três reféns se soma à insatisfação de muitas famílias de sequestrados em Israel. Segundo a emissora israelense Canal 12, às famílias dos reféns estão cogitando fazer uma greve de fome para criticar a maneira que o governo de Binyamin Netanyahu está lidando com a questão dos reféns.

A possível greve ocorre em meio a relatos da imprensa israelense de que o governo de Israel está reticente em realizar um novo acordo de trégua com o grupo terrorista Hamas por alegar que as operações das Forças de Defesa de Israel fará com que o Hamas volte a mesa de negociações com uma oferta menos custosa para Tel-Aviv.

GATO PRETO S/A INDUSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF N° 33.879.099/0001-00 NIRE N° 3330009375-3 CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 29 de dezembro de 2023, às 12:00 horas, na Av. do Pepê, nº 1.160 – Aptº 301 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22.260-171 a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Eleição da Diretoria para um novo mandato de 03 (três) anos e fixação dos respectivos honorários, ratificação da constituição da sociedade e representação do acionista Sr. Aureliano Machado Lima Filho. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2023.

Michele de Carvalho Lima

Diretora-Presidente e Acionista